

O QUARTO DE CAROLINA



Figura 22: *Alicerce de vida e ancestralidade.* Sara Oliveira. Collage digital, 2021.

O Quarto de Carolina: o gênero, a moradia e os direitos sociais em *Quarto de Despejo*

Raquel Valadares¹

Introdução

Falar sobre gênero e moradia é trilhar entre o conservadorismo e o empoderamento feminino, embora os percursos, as interpretações e as conclusões sejam díspares. Estes dois temas estão no bojo de tais discussões ideológicas, pois o lugar para o exercício tradicional e conservador do papel feminino, onde a mulher é alocada para executar suas atividades, exercer o cuidado com a prole e os mais velhos é, também, o lugar da dinâmica social para a consolidação dos direitos e dos limites sociais de proteção e segurança. No âmbito urbano essa dicotomia do lugar se torna mais acentuada e as construções ideológicas flutuam entre ganhar e perder forças diante das desigualdades sociais.

A amplitude do direito à moradia possibilita múltiplas leituras, no entanto, a proposta desta análise é compreender como gênero e moradia são tratados na obra *Quarto de Despejo*, escrita por Carolina Maria de Jesus e publicada pela primeira vez em 1960. Recorrer a uma categoria artística para explicar a sociedade é uma possibilidade de análise, pois os relatos ou representações que falam sobre a sociedade envolvem uma imensa comunidade interpretativa, não adstrita a um grupo de conhecimento (BECKER, 2009). Obras literárias, romances, contos, arte dramática, fotografia, filmes, documentários, são modos artísticos de representar a sociedade, e merecem ser cuidadosamente examinadas (BECKER, 2009). As múltiplas formas de análise podem convergir e dialogar entre si, por ser complexo o sujeito e o grupo social em que está inserido. Ademais, a hipótese perquirida é de que para além de uma obra literária, *Quarto de Despejo* pode ser compreendida como uma etnografia urbana em uma linguagem informal.

¹ Raquel Gomes Valadares: Advogada, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa YBY - Estudos Fundiários, Políticas Urbanas, Produção do Espaço e da Paisagem. USP. Contato: valadaresgr@gmail.com

A narrativa permite a construção mental da rotina de uma moradora da extinta favela Canindé, na cidade de São Paulo-SP, na década de 1950; uma mulher-negra-pobre, que improvisava a moradia num barraco de madeira, catadora de papel e mãe de três filhos, criados sem a presença paterna. As adversidades de viver em uma metrópole estão descritas na falta de uma moradia segura (tanto pela estrutura física, quanto pela inexistência do título possessório), nas dificuldades de provisão de renda, no alto custo da mobilidade urbana e na insegurança, em virtude da violência.

A descrição da rotina possibilita compreender as imagens simbólicas e os estigmas incidentes sobre as pessoas e sobre as áreas de concentração de pobreza. Jesus (1993) cita e exemplifica como os demais habitantes da cidade viam os moradores da favela e como o lugar era interpretado, ela também vê e interpreta a si mesma. A autora identifica questões sociais pertinentes e produz arquétipos que permitem o cotejamento com os estudos urbanos e gênero. A falta de moradia adequada é o fio condutor desta análise.

A proposta aqui descrita é identificar as questões sobre moradia urbana e gênero na obra de Jesus (1993) e como é possível localizar as teorias sociológicas na etnografia urbana escrita em linguagem não acadêmica.

O Quatro de Carolina

Escritora e protagonista da própria história, Carolina Maria de Jesus narrou o cotidiano vivido na década de 1950 na obra *Quarto de Despejo*. A descrição das atividades de Jesus (1993) iniciou em julho de 1955, com um desabafo e o sentimento de frustração por não conseguir comprar sapatos novos à filha. Articular, improvisar e equilibrar os recursos financeiros para a alimentação, higiene e vestuário de uma mulher adulta com três filhos constituía uma tarefa árdua, somados aos problemas socioeconômicos em dimensão nacional.

Carolina morava na favela Canindé, em São Paulo - SP; a cidade atraía gente de todos os cantos, brasileiros ou não, que viam na capital paulista a possibilidade de trabalho e melhoria de vida. Morar numa metrópole implicava em mudanças no modo de viver. Aos que migravam das áreas rurais para os centros urbanos, a precariedade da moradia, a proximidade das casas, a escassez de recursos financeiros e a burocratização da vida eram assustadores, e a cada problema que surgia Carolina refletia sobre a função da favela: ser o quarto de despejo da metrópole imponente. Ou ainda: “*Favela, sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno*” (JESUS, 1993, p. 145).

A rotina de Carolina começava cedo providenciando água para os afazeres domésticos, pois na favela não havia água encanada, nem esgotamento sanitário. A tarefa de ir buscar água

não era celebrada por ela; ter que aguardar em longas filas, ouvir as conversas da vizinhança e dar satisfação da própria vida aos demais eram situações que drenavam as forças e exauriam a autora. Para evitar os percalços, ela se antecipava demasiadamente para não permanecer tanto tempo entre as vizinhas.

Carolina não tinha tempo ou disposição para escrever todos os dias; alguns dias ela era vencida pelo cansaço, outros pela tristeza, mas a pior de todas as derrotas era para a fome. Como antagonista em uma história ficcional a fome perseguia Carolina de forma vil e o medo de não ter com o que alimentar os filhos a fazia pensar nos diversos modos de dar fim ao sofrimento causado pela disparidade econômica e a inacessibilidade aos requisitos mínimos para viver.

29 DE ABRIL Hoje eu estou disposta. O que entristece é o suicídio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida. Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E eu não posso morrer de fome. Eu parei de escrever o Diário porque fiquei desiludida. E por falta de tempo. (JESUS, 1993, p. 141)

A autora tinha três filhos: a Vera Eunice, o José Carlos e o João José. Cada um foi descrito no diário, não excluindo os atos reprováveis, as decepções e os sonhos que Carolina nutria a respeito do futuro deles. Carolina desejava que seus filhos tivessem outra infância, em outro lugar, longe da escassez e da hostilidade que os circundavam. Os filhos eram crianças comuns, que gostavam de brincar e que usavam da esperteza para driblar a vigilância dos mais velhos, características comuns a quaisquer crianças.

Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão. Escrevi um bilhete e dei ao meu filho João José para ir ao Arnaldo comprar um sabão, dois melhoraes e o resto de pão. Puis água no fogão para fazer café. O João retornou-se. Disse que havia perdido os melhoraes. Voltei com ele pra procurar. Não encontramos. Quando eu vinha chegando no porão encontrei uma multidão. Crianças e mulheres, que vinha reclamar que o José Carlos havia apedrejado suas casas. Para eu repreendê-lo (JESUS, 1993, p. 10)

Na favela, o espaço físico era limitado e as crianças não tinham lugar específico para brincar, tornando-se vulneráveis e expostas à violência e privações. O espaço estreito, a fragilidade da moradia e a improvisação de tudo faziam com que as crianças fossem alvo da irritabilidade e incompreensão dos adultos. Elas foram testemunhas da violência, bem como, vítimas de maus tratos, abandono e abusos, narrados por Carolina.

Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes eu saio, ela vem até minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro do que ela. (JESUS, 1993, p. 13)

Os problemas na vizinhança, as fofocas e a reprovação da conduta dos habitantes da favela foram abordadas pela autora, entretanto, com receio da exposição desnecessária de alguns personagens e até mesmo por denunciar condutas criminosas, Carolina evitou a menção de alguns nomes, apresentando em certos momentos apenas as letras iniciais dos envolvidos. Mesmo não detendo das técnicas de pesquisa, Carolina era sensível à narrativa e dispôs de uma conduta ética peculiar ao ambiente e às pessoas. Não se configurou em convivência ou aceitação das práticas tipificadas como delituosas, tratou-se da ética da improvisação.

O senhor Manoel saiu. E eu fiquei deitada. Depois levantei e fui carregar água. Que nojo. Ficar ouvindo as mulheres falar. Falaram da D., que ela namora qualquer um. Que a R., irmã do B., pertence aos homens. Falamos do J.P., que quer amasiar-se com sua filha I. (...) Ele mostra para a filha e convida...[...] Eu já estou cansada de ouvir isto, porque infelizmente eu sou vizinha do J.P.(...) É um homem que não pode ser admitido numa casa onde tem crianças. (JESUS, 1993, p. 157)

Carolina preparava o café para os filhos, arrumava a casa, cuidava dos afazeres domésticos e saía pelas ruas da cidade catando papel, ferro, alumínio ou qualquer outra coisa que pudesse ser comercializada. O barracão que Carolina morava era de madeira e quando chovia não havia sossego; o lugar e a vida se deterioravam. Como se trata de um diário, nele há a descrição de uma rotina, conseqüentemente, a cada chuva uma repetição das ações, reclamações, problemas e soluções.

Ao sair e ao voltar para a casa Carolina não se via como as demais mulheres da cidade, via sua humanidade esvaindo-se pelas roupas sujas que vestia, pelo trabalho dilacerante, pelo peso da responsabilidade e pela fome. A hostilidade a cercava de todos os modos; nas ruas era chamada de preta-suja e na favela não era diferente. Apesar de todos estarem em condições semelhantes de moradia, para ela, mulher e negra, os olhares eram recriminadores.

Quando cheguei na favela o povo me olhava. A Dona Sebastiana chingava. Estava embriagada. Dizia que ela degolava o baiano. Eu dizia para ela não chegar, que ela ia morrer. Ela começou a chingar-me: - Negra ordinária! Você não é advogada, não é reporter e se mete em tudo! O povo gritava. O baiano fugiu. (JESUS, 1993, p. 140).

A autora testemunhou e registrou as barbaridades que ocorriam no lugar que vivia e não se omitiu diante da violência de gênero que presenciou. Mulheres que sofriam violência dos companheiros, filhos e vizinhos eram situações anotadas sob profunda indignação e com a conclusão de que não ser subordinada a ninguém, pelo vínculo do casamento, era uma decisão que lhe causava inúmeras conseqüências, no entanto, lhe gerava tranquilidade. Ela não se

intimidou quando foi ameaçada por um vizinho descrito como o representante do bicho papão:

Dia 01 de janeiro de 1958 ele disse-me que ia quebrar-me a cara. Mas eu lhe ensinei que *a é a* e *b é b*. Ele é de ferro e eu sou de aço. Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incicatrisáveis. Ele deixou de aborrecer-me porque eu chamei a radio patrulha para ele, e ele ficou 4 horas detido. (JESUS, 1993, p. 43)

Não ter um emprego formal, com as garantias trabalhistas, fazia com que Carolina tivesse uma jornada de trabalho inesgotável. O trabalho autônomo dependia do fluxo de material encontrado nas ruas da cidade; a doença não constituía impedimento para trabalhar, assim como a chuva, o frio e a fome. Sair pelas ruas com fome, buscando algo para comer, vender ou vestir parecia ato heroico.

14 DE JUNHO ... Está chovendo. E eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. (...) Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço a sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima. (JESUS, 1993, p.55)

Carolina tinha beleza natural e despertava a afeição de muitos, e mesmo não tendo tanto tempo dedicado ao estudo escolar, era sensível aos acontecimentos e ao discurso político e conseguia construir críticas contundentes à desigualdade social. No entanto, suas forças eram sucumbidas pela fome, que enfermava seu corpo e desgastava sua aparência. O sonho de ser escritora era fomentado quando escrevia nos cadernos as histórias que ouvia e o que lhe ocorria no cotidiano. Tinha convicção que a realidade mudaria e que não moraria ali para sempre.

A favela apresentava limiares interessantes na narrativa de Carolina; não há apagamento, nem exagero da realidade, mas a descrição do cotidiano de quem viveu e presenciou a crueldade e a generosidade dos habitantes do mesmo espaço. Para Carolina, ali moravam pessoas boas, leais, generosas, que mesmo com tamanha pobreza sabiam repartir o pouco que tinham; como também, haviam pessoas cruéis, aproveitadoras e exploradoras, que na pobreza enxergava a oportunidade de usurpar e tirar proveito do pobre.

Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. E os pinguços que durante o dia estão oculto a noite aparecem para atentar. Percebo que todas as pessoas que residem na favela, não aprecia o lugar (JESUS, 1993, p. 81).

Carolina apresentou os elementos comuns da vivência em favela; o espaço da habitação, do comércio, do exercício da fé, da arte e do improvisado da vida. Há aspectos da convivência social que marcam o tempo, o que é comum na coletividade: domingo, dia da missa; o feriado do dia do trabalhador; o dia das mães; o dia dos pais; o São João; e o Natal. São representações da vida coletiva que ocorrem independente da situação socioeconômica.

3 DE MAIO Hoje é domingo. Eu vou passar o dia em casa. Não tenho nada pra comer. Hoje eu estou nervosa, desorientada e triste. Tem um português que quer morar comigo. Mas eu não preciso de homem. Eu já lhe supliquei para não vir aborrecer-me... Hoje o Frei veio rezar a missa na favela. Ele pois nome na favela de Bairro do Rosario. Vem varias pessoas ouvir a missa. No sermão o padre pede ao povo para não roubar... O senhor Manoel chegou e começamos a conversar. Falei de uma menina de um ano e meio que não pode ver ninguém mover a boca, que pergunta: - O que é que você está comendo? É a última filha do Binidito Onça. Percebi que a menina vai ser inteligente. (JESUS, 1993, p. 141 e 142)

O diário não apresenta constância ininterrupta; a narrativa se concentra no mês de julho de 1955 em seguida aos anos 1958 e 1959; omitindo os demais meses de 1955 e os anos 1956 e 1957, encerrando no dia 01 de janeiro de 1960 onde Carolina descreveu mais um dia: “*levantei as 5 horas e fui carregar agua*” (JESUS, 1993, p. 167).

As Ideias e a Contribuição Teórica

Anterior à segunda onda feminista e antes da publicação de obras clássicas sobre mulheres e direitos femininos, é possível atestar que os relatos de Carolina evidenciaram a desigualdade de gênero, de raça e a situação socioeconômica na produção social do espaço. Textos clássicos de Friedan, Saffioti, Gonzalez, Crenshaw, Davis, Hooks e Collins² que denunciaram a manipulação feminina e a violação dos direitos das mulheres foram escritos e publicados após os diários de Carolina. Termos como feminismo negro, liberação feminina, revolução sexual, pensamento decolonial, equidade de gênero ou interseccionalidade não haviam sido publicizados enquanto Carolina escrevia. O ambiente acadêmico, onde acontece as discussões sociológicas e a formulação teórica, não era o lugar frequentado por Carolina durante a elaboração dos seus diários; a intensidade do texto decorre do que ela viveu e experimentou no cotidiano.

² Betty Friedan (A mística feminina – 1963); Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (A mulher na sociedade de classes – 1976), Lelia Gonzalez (Lugar de negro – 1982), Kimberlé Williams Crenshaw (Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica de uma feminista negra à doutrina antidiscriminatória, teoria feminista e políticas antirracismo - 1989), Angela Davis (Mulheres. Raça e Classe - 2016; Mulheres, Cultura e Política - 2017) -, Bell Hooks (Teoria feminista: da margem ao centro – 1984) e Patricia Hill Collins (Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento – 1990) expoentes na elaboração de teorias e análises aplicáveis aos estudos femininos.

Não há um estudo comparativo com outros grupos sociais, entretanto é possível identificar no texto exemplos das teorias da Sociologia e Antropologia Urbana, do Direito Urbanístico, dos Direitos Humanos, da Geografia, da Demografia e do Urbanismo. Isto porque, o espaço urbano é campo de pesquisa para inúmeras áreas do conhecimento e a obra de Carolina permite a analisada, dado o pioneirismo dos relatos, a posição da autora na narrativa e o ineditismo das observações.

Carolina não era pesquisadora e o texto não é resultado de uma análise científica, entretanto, como afirma Peirano “*se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico*” (2014, p.383). O texto final produzido vai além das anotações maçantes da rotina e propõe inúmeras reflexões. O conceito de etnografia tomado está apoiado na ideia de primeiro estágio do estudo com a observação, descrição e trabalho de campo de um grupo particular.

[...] a etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos tomados em sua especificidade (muitas vezes escolhidos entre os mais diferentes do nosso, mas por razões teóricas e práticas que nada têm a ver com a natureza da pesquisa), visando a restituição, tão fiel quanto possível, do modo de vida de cada um deles (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.14).

A condição de etnógrafa/ etnógrafo e a autoridade literária para a exposição das impressões são questões que permeiam o debate sobre a construção da etnografia. A crítica pós-moderna da elaboração etnográfica suscita a possibilidade do próprio nativo, neste caso da própria moradora, narrar os acontecimentos sociais. O olhar, o reconhecimento, o conhecimento, a representação e o lugar de cada um na construção dos fatos serão construções distintas considerando quem os descreve.

A crítica contemporânea desenvolvida nos Estados Unidos ao modelo etnográfico analisa a maneira pela qual os antropólogos têm aparecido em seus textos desde Malinowski até os anos 80. Ela vai dizer, por um lado, que se trata de uma presença excessiva. Na verdade, seria a única presença real nos textos, ainda que ocultada. Ela apagaria as vozes, as interpretações, os enunciados daqueles sobre quem fala. Na melhor das hipóteses, seria uma presença que subsume tudo à sua própria voz. O outro só existe pela voz do antropólogo que esteve lá, viu e reconstruiu a cultura nativa enquanto totalidade em seu texto. Mas essa presença excessiva do antropólogo corresponderia a uma ausência: a do questionamento do antropólogo sobre a sua inserção no campo, no texto e no contexto em que escreve. (CALDEIRA, 1988, p. 134,135)

A começar da linguagem empregada. O texto revisado permanece muito próximo da informalidade e naturalidade do modo de falar da autora; os trechos referenciados estão assim no original. É o *pretuguês* abordado por Gonzales (1983); a língua dita popularmente na linguagem de preto.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l*, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, o *está* em *tá* e por aí fora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALES, 1983, p. 283)

O preconceito linguístico não é resultado da troca das letras, da grafia das palavras fora do padrão da estrutura gramatical ou do não-uso erudito da língua; a distinção é decorrente da disparidade econômica. O domínio da gramática não implica em ascensão social, no entanto, a falta do domínio gramatical é uma característica da exclusão social. Preservar a linguagem original aproximando-se do que é comumente dito, não retirou a compreensão do que está escrito, pelo contrário, deu maior autenticidade.

Apesar da linguagem simples, há uma dinâmica sofisticada nas observações, possibilitada pela posição que a autora ocupava, o que é mais difícil para um pesquisador externo. Nas pesquisas etnográficas, geralmente, o pesquisador ingressa no campo, sintetiza e descreve o que vê, verificando as relações e estruturas sociais, comparando-o com outros grupos ou espaços analisados anteriormente. Carolina consegue descrever a percepção interna e externa sobre o lugar e as pessoas; como moradora, ela sabia traduzir em palavras as relações constituídas na favela, e ao sair para catar papel percebia como a favela e os moradores eram vistos e tratados.

O rebuscamento da linguagem, reverberando num texto final compreensível apenas no meio acadêmico, não é defendido por Sáez (2013); pelo contrário, o texto final precisa ter linguagem clara e concisa, captada por qualquer leitor. A pesquisa etnográfica precisa ser desenvolvida com destreza, afim de não interferir na naturalidade dos atos, não causar o constrangimento ou o silenciamento dos moradores, tampouco provocar exagero nas ações dos indivíduos pesquisados. Ser observado e saber que está sendo analisado gera desconforto, sobretudo por não se saber quais são as prováveis interpretações. Como forma de se esquivar de algumas interpretações estigmatizantes, o pesquisado pode usar de subterfúgios, mentindo, negando ou escondendo elementos-chave para a análise do grupo.

No diário, a presença de Carolina não alterou o cotidiano do lugar, ela era moradora da favela e a vizinhança sabia da produção dos textos; a rotina e a convivência não se alteraram, pois já havia a materialidade e multiplicidade de vínculos estabelecidos. A autora não tinha pretensão de falar em nome dos moradores ou analisá-los, embora ela os caracterize, constatare seus dilemas e apresente conselhos e soluções. As palavras, expressões e o comportamento

registrado não são apenas um diário, mas a narrativa de uma moradora que interpreta a si mesma a partir da desigualdade social materializada na precariedade da moradia.

A Casa: uma luta feminina

A mulher brasileira urbana está inserida num contexto de desigualdade de oportunidades e segregação social que Carolina constatou bem. A cidade está seccionada segundo os rendimentos econômicos dos moradores, e os habitantes são diferenciados pelo vestuário, pelos hábitos e pelos trajetos, pois nos elementos tangíveis e não-tangíveis as marcas sociais se manifestam. A favela estava na cidade, como um tecido esgarçado, cuja infraestrutura oferecida era deficitária. O crescimento econômico e a produção industrial incipiente mostravam como a desigualdade social delinearía o espaço urbano ao longo dos anos.

[...] São Paulo foi o epicentro do processo de industrialização brasileira desde o seu início, nas primeiras décadas do século XX. Em meados dos anos 1950, a Região Metropolitana de São Paulo concentrava mais de 50% da produção industrial brasileira, com menos de 10% da população. (KOWARICK e MARQUES, 2011 p. 165)

O desencantamento com a provisão habitacional traduziu-se na indignação com os representantes políticos. Entre os anos de 1955 e 1960, período descrito no diário, o Brasil vivia sob a presidência de Juscelino Kubistchek, o estado de São Paulo era governado por Jânio Quadros e a cidade de São Paulo estava sob a administração de Ademar de Barros (1957 a 1961). Carolina mencionou vereadores, deputados estaduais e federais que visitavam a favela para angariar votos e apoio popular. As duras críticas feitas aos governantes manifestavam a insatisfação de morar em uma área invisibilizada pela pobreza e pela rejeição ao pobre.

Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar pra mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades. ... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. (JESUS, 1993, p.26)

As plataformas políticas de desenvolvimento econômico, de infraestruturação e geração de empregos não atingiam a todos. A promessa de crescimento e desenvolvimento econômico permeavam as campanhas eleitorais em todos os níveis da administração pública, embora a desigualdade social se manifestasse de forma latente com o aumento da pobreza e expansão das ocupações territoriais irregulares.

... Nas ruas e casas comerciais já se vê as faixas indicando os nomes dos futuros deputados. Alguns nomes são conhecidos. São reincidentes que já foram preteridos nas urnas. Mas o povo não está interessado nas eleições, que é o cavalo de Troia que aparece de quatro em quatro anos. (JESUS, 1993, p.39)

Na sociedade brasileira há uma profunda contradição, pois se verifica o desenvolvimento industrial, o crescimento urbano e a modernização institucional, no entanto, a pobreza se manteve/ se mantém e transbordou os contornos de definição antepostos (TELES, 1993). A pobreza sempre foi objeto do discurso político, porém a justiça social e a igualdade nunca estiveram nas pautas de discussões, menos ainda na vontade política (TELES, 1993). A pobreza é apresentada como efeito indesejado, sem autores ou responsáveis indicados, exposta como resíduo que escapou à potência civilizadora da modernização, fixando no futuro a capacidade de redenção ainda não alcançada.

O grande atrativo da cidade é o trabalho “seguro” e assalariado. A inserção feminina no mercado de trabalho formal é descrita inúmeras vezes pela literatura como a primeira possibilidade laboral fora do âmbito privado, entretanto, na informalidade, sem a segurança da aplicação dos direitos sociais e trabalhistas, as mulheres já constituíam mão de obra significativa. Isto considerando apenas o trabalho livre, vez que as mulheres-negras-escravas compunham um número considerável de trabalhadoras. Além disso, até o início dos anos 1960, havia uma disparidade jurídica entre mulheres casadas e solteiras; as mulheres casadas precisavam da autorização dos maridos para ingressar no mercado de trabalho.

Havia uma relação moralizadora entre trabalho e família. O acesso aos direitos sociais estava centrado nesse binômio, trabalho-família, cuja integração era perversa, pois alheio à essa relação não havia possibilidade de obtenção de direitos sociais. Carolina não estava sob o anteparo trabalho-família; ela não tinha um trabalho formal e apesar de viver e descrever um período da história nacional marcado pelo conservadorismo e pelos aspectos tradicionais dos papéis de gênero, o núcleo familiar da autora era constituído por mãe e filhos.

As políticas públicas de moradia, vigentes até 1960, mantinham o acesso a habitação mediante o trabalho formal. Os primeiros programas de moradia estavam amparados em categorias profissionais, e em São Paulo havia as vilas operárias, outro modelo que ilustra a vinculação do direito de moradia ao trabalho.

A mulher-negra-pobre, com arranjo familiar discrepante ao padrão exigido e sem trabalho formal estava fadada a viver à margem da sociedade. Não estar vinculada a uma relação conjugal assegurava liberdade sobre suas decisões pessoais, porém a desigualdade econômica e jurídica impedia a autonomia e constituía uma barreira no acesso aos direitos

sociais. Vida conjugal e vida econômica são aspectos que se somam na composição da emancipação feminina.

Não ter assegurado o direito de moradia, liberdade e segurança patrimonial e autonomia econômica resultam na feminilização da pobreza. Segundo Hooks (2019) é necessário pensar em políticas públicas que busquem a equidade de gênero em termos práticos.

De maneira significativa, um movimento visionário fundamentaria seu trabalho nas condições concretas de mulheres trabalhadoras e pobres. Isso significa criar um movimento que dá início a uma educação para a conscientização crítica, em que mulheres, as feministas com poder de classe, devem implementar programas de baixo custo que mulheres tenham chance de possuir. A criação de habitações cooperativas com princípios feministas mostraria como a luta feminina é relevante para a vida de todas as mulheres. (HOOKS, 2019, p. 73)

Hooks (2019) aborda estas questões sob a perspectiva da sociedade estadunidense e vislumbra a erradicação da pobreza feminina a partir das próprias mulheres; reduzindo a disparidade entre mulheres ricas e pobres, aproximando-as com habitações construídas mediante cooperativas.

Há um visível descontentamento em viver no improvisado, “... *Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão*” (JESUS, 1993, p.42). Em outra descrição Carolina faz uma distinção espacial que ainda é comum entre moradores de áreas periféricas; consiste em não reconhecer os lugares mais longínquos como parte da cidade. Ao se deslocar para as áreas de centralidade comercial e cultural seria, de fato, estar na cidade.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 1993, p.76)

Carolina não possuía relação de identidade e pertencimento com o lugar que vivia, não havia afeto com o espaço. Não se tratou de renegar o espaço de vivência, mas de perceber que o lugar da moradia não era condizente com os aspectos mínimos de vida digna. Os contornos da empatia desinteressada (a boa vontade das doações) e das relações por interesse (as propostas sexuais) eram porosos e isso lhe incomodava. A segregação involuntária não constitui um traço da formação da identidade; segundo Cortina (2017), gênero, raça e etnia são aspectos que delineiam a subjetividade, no entanto, a pobreza involuntária é a dimensão social que os acometidos por ela desejam superá-la.

La aporofobia es un tipo de rechazo peculiar, distinto de otros tipos de odio o rechazo, entre otras razones porque la pobreza involuntaria no es un rasgo de la identidad de las personas. Aunque es verdad que la identidad se negocia en diálogo con el entorno social, que no es estática, sino dinámica, la etnia o la raza, con todas las dificultades que supone precisarlas, son un ingrediente para configurarla. También el sexo o la tendencia sexual son dimensiones que forman parte de la identidad personal; y la profesión de una religión supone para el creyente una opción por la que apuesta y a la que nadie tiene derecho a obligarle a renunciar, igual que nadie tiene derecho a obligar al agnóstico o al ateo a simular que cree aquello en lo que no cree. La pobreza involuntaria, sin embargo, no pertenece a la identidad de una persona, ni es una cuestión de opción. Quienes la padecen pueden resignarse a ella y acabar agradeciendo cualquier pequeñísima mejora de su situación y eligiendo dentro de su marco de posibilidades como si no hubiera otro. (CORTINA, 2017, p. 33, 34)³

Cortina (2017) é a responsável pela criação do termo *aporofobia*; segundo a autora, as coisas, fenômenos, sentimentos e desejos precisam ser nominadas para que se possa ter clareza nas discussões e nas reflexões. A invisibilidade dos problemas ou a ausência da nomenclatura perpetua a equivocada percepção dos dilemas sociais, distorcendo as causas reais.

Termos como xenofobia, racismo, misoginia ou homofobia corporificam problemas sociais que incidem sobre as características físicas do indivíduo. A repulsa pela origem, pela cor da pele ou pelo gênero indicam a depreciação de um determinado grupo por outro que assume uma atitude de superioridade.

Éste es un punto clave en el mundo de las fobias grupales: la convicción de que existe una relación de asimetría, de que la raza, etnia, orientación sexual, creencia religiosa o atea del que desprecia es superior a la de quien es objeto de su rechazo. Por eso se consideran legitimados para atacarle de obra y de palabra, que, a fin de cuentas, es también una manera de actuar (CORTINA, 2017, p. 13)⁴

A *aporofobia* incide sobre a situação socioeconômica; o termo é resultado da junção de duas palavras de origem grega: *áporos*, que quer dizer pobre, e *fobia*, medo demasiado ou pavor. Trata-se da rejeição ao pobre e a pobreza; Cortina (2017) é enfática ao dizer que muitos são racistas, xenófobos, no entanto, *aporófobos* quase todos são. Ainda segundo

³ A aporofobia é um tipo peculiar de rejeição, diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões porque a pobreza involuntária não é uma característica da identidade das pessoas. Embora seja verdade que a identidade é negociada em diálogo com o meio social, que não é estático, mas dinâmico, a etnia ou raça, com todas as dificuldades envolvidas em especificá-las, são um ingrediente para moldá-la. Sexo ou tendência sexual também são dimensões que fazem parte da identidade pessoal; e a professar uma religião supõe para o crente uma opção pela qual ele aposta e que ninguém tem o direito de forçá-lo a renunciar, assim como ninguém tem o direito de forçar o agnóstico ou ateu a acreditar no que ele não acredita. A pobreza involuntária, entretanto, não pertence à identidade de uma pessoa, nem é uma questão de escolha. Aqueles que sofrem podem resignar-se e acabam agradecidos por qualquer pequena melhoria em sua situação e escolher dentro de sua estrutura de possibilidades como se não houvesse outra. (CORTINA, 2017, p. 33, 34) [tradução]

⁴ Este é um ponto decisivo no mundo das fobias grupais: a convicção de que existe uma relação de assimetria, de que a raça, etnia, orientação sexual, crença religiosa ou atesta daquela que ele despreza é superior à daquela que ele rejeita. É por isso que eles se consideram autorizados a atacá-lo por palavras e atos, o que, no final, é também uma forma de agir. (CORTINA, 2017, p. 13) [tradução]

Cortina (2017), colocar nome nas patologias sociais é uma maneira de diagnosticá-las e propor tratamentos efetivos e específicos.

Carolina conhecia bem essa rejeição, e as pequenas conquistas ou adaptações para driblar a pobreza eram celebradas, por ela e pelos filhos. Viver na favela, morar no barracão e ser catadora de papel não foram escolhas feitas por Carolina; ela era ciente que a fome, a separação social e todo o desprezo recebido eram consequências da pobreza e da disparidade socioeconômica, o que a impedia de ter uma vida digna.

A perspectiva da narrativa de Carolina produz realidade na construção imagética do lugar; ela descreveu a favela e imaginava como seria viver em uma casa. Ela não tinha um lugar seguro para viver e encarava a favela como lugar transitório, pressentia que em algum momento aquela fase iria acabar. Os sentimentos gerados pela noção de casa, sinônimo de ambiente acolhedor, afetuoso e tranquilo, bem como, os aspectos palpáveis, como o território e o material utilizado na construção eram imaginados por Carolina, pois o sonho era ter uma casa.

Rolnik (2015) apresenta relatos de mulheres pobres, que chefiavam famílias e que improvisavam a moradia nos diversos lugares do mundo. Moradia e mulher são temas próximos, e no contexto global a esses componentes somam-se questões como migração forçada (por escassez dos recursos naturais, mudanças climáticas ou conflitos sociopolíticos), segregação socioeconômica, opressão política e estigmatização étnico-religiosa.

Segundo Connell (2016) este é um aspecto da teoria de gênero discutido na teoria do Sul. Existem semelhanças na formação da teoria social dos países no Sul Global, como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Austrália, Índia, Indonésia e África do Sul. Dada a similaridade dos aspectos da colonização e da construção dos papéis sociais, a teoria de gênero, que é resultado das práticas sociais criadas por meio de um processo histórico, apresentaria similitudes nesses lugares. Por isso, Connell (2016) propõe a teoria de gênero do Sul Global.

As mulheres do Sul estão mais próximas de discussões sobre a terra e a moradia, diferentemente do Norte Global.

As mulheres cada vez mais demonstram que os seus direitos estavam inclusos nos sistemas pré-coloniais de propriedade de terras, embora, em geral, de forma distinta, ou em relação a terras distintas daquilo que era previsto nos direitos dos homens [...] A terra é uma questão quase ausente das teorias do gênero oriundas do Norte (com exceção do ecofeminismo), e quase ausente das teorias sociais do Norte em geral. No entanto, é uma questão primária para compreender o colonialismo e o poder pós-colonial. (CONNELL, 2016, p. 41)

A política higienista e sanitarista no início do século XX, removeu as habitações populares das áreas centrais de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Os cortiços foram

combatidos com veemência por representarem riscos à saúde pública, quando na verdade eram justificativas do poder público para a retirada da população pobre e a valorização de áreas privilegiadas (SILVA, 2016). No século XXI, com o esvaziamento das áreas centrais pela saída das habitações suntuosas e do comércio, os movimentos de moradia urbana se aproximaram dessas áreas; e não é de se assustar, que as mulheres sejam o conjunto de habitantes em maior número na composição dos movimentos sociais por moradia (PAULISTA, 2013; VELOSO, 2017).

A deficiência na provisão da moradia tem raízes na exploração, hierarquização dos indivíduos e desigualdade socioeconômica. As formas cotidianas de resistência contra essa ordem perversa da organização espacial podem ser identificadas nas articulações populares, entretanto, o gênero não é destacado como elemento importante neste campo de disputa.

Outra herança colonial ligada a performance feminina é o “marianismo”. A ideologia do “marianismo” moldou a identidade feminina sobre o modelo da mãe que se sacrifica, especialmente no caso de mães de meninos (CONNELL, 2016). A mãe é constrangida à vida sacrificial, rememorando ao exemplo religioso feminino, sobrepondo as necessidades dos filhos às suas. Não apenas sob a lógica do cuidado e da responsabilidade com a prole, mas na gestão da vida como maternidade imaculada e sagrada, conduzindo às mulheres ao auto sacrifício para a preservação da prole. Elas não abandonam os filhos, pelo contrário, carregam nos embates cotidianos, até mesmo quando a luta é por moradia.

Ter uma casa configura a possibilidade de estar inserido nas relações e garantias sociais. Apesar da inserção laboral ser considerada responsável pelo acesso a outros direitos, não ter um “endereço fixo” (elemento de fixação territorial) significa estar vulnerável às intempéries e indispor de meios que garantam os requisitos básicos para a manutenção biológica da vida. Para efeitos de garantias e direitos sociais como educação, saúde, trabalho, transporte e lazer é necessário ter uma moradia declarada, assim como para o usufruto da previdência social e a capacidade eleitoral ativa e passiva (exercício do direito público e político) estão atrelados à moradia (ou ao *animus manendi*, que é a intenção de permanecer ou fixar residência em lugar específico), definindo unidades e formas de atendimento.

O direito à moradia, assegurado por meio de emenda constitucional ao texto da Constituição Federal de 1988, é a garantia de um mínimo existencial com dignidade em sociedade. Ainda que a inclusão desta garantia tenha sido tardia é inegável a necessidade de assegurá-la, ratificando-a como direito e não como mercadoria. As desigualdades sociais produzidas pela discrepância econômica, patrimonial e material podem ser significativamente aplacadas com propostas que vislumbrem a proteção ao mínimo existencial em sociedade.

A Favela de Carolina

Gonzales (1983) fala das imagens da mulher negra: a mulata e a doméstica; Collins (2019) usa o termo imagens de controle para falar dos estereótipos criados sobre as mulheres negras. Tratando da construção imagética sobre o negro, Carolina reproduz no diário algumas considerações sobre um dos vizinhos:

É que na Africa os negros são classificados assim: - Negro tú. – Negro turututú. – E o negro sim senhor! Negro tú é o mais ou menos. Negro turututú é o que não vale nada. E o negro Sim Senhor é o da alta sociedade. Mas o Arnaldo transformou-se em negro turututú depois que cresceu. Ficou estúpido, pornográfico, obsceno e alcoolatra. Não sei como uma pessoa pode desfazer-se assim (JESUS, 1993, p. 46)

É possível ler Carolina à luz de Gonzales (1983) e Collins (2019), bem como, o caminho inverso. Carolina apresenta três categorias de classificação das imagens dos negros em sociedade, seriam os arquétipos dos moradores das favelas: o *negro tú* é o sujeito comum, o trabalhador; o *negro turututú* é o sujeito que se propõe a viver de atos ilegais e da perversidade da conduta; e o *negro sim senhor* é o sujeito que ascende socialmente pela educação e trabalho.

Os arquétipos dão a dimensão ideológica e simbólica do racismo e sexismo. A categorização das pessoas decorrente das características físicas, da origem, religião e condição socioeconômica afetam como elas serão vistas, ouvidas e tratadas em sociedade. Essas imagens podem constituir múltiplos estigmas que reduzem a humanidade dos indivíduos, dando-lhes até mesmo caracteres animais. A classificação proposta por Carolina não é perversa, pois apresenta um vislumbre das escolhas feitas por cada um e a possibilidade de transformação social; Carolina não generalizou a estigmatização dos negros como inferiores ou degenerados, ela acreditava que a educação seria capaz de produzir efeitos sobre o futuro dos sujeitos. Ao tempo em que, não velou as inúmeras situações de discriminação sofrida pela cor da pele.

Tornando o conceito das imagens de controle mais elástico, identifica-se ao menos três perspectivas no imaginário social sobre a favela: o lugar da violência urbana (do caos, da pobreza e da marginalidade), o lugar da produção cultural (das histórias, da riqueza musical e pluralidade cultural) e o lugar da intervenção religiosa (da ação de católicos, espíritas, evangélicos e místicos).

A imagem comum de descrição da favela é o lugar da música, dos bailes, de onde saem os jogadores de futebol, da malandragem, do perigo, da intervenção violenta da polícia, das histórias produzidas e reproduzidas no cinema. Não há separação total dessas imagens,

existe uma porosidade entre elas. As narrativas sobre as favelas apresentam-na tanto como lugar da pobreza, automaticamente associada a criminalidade e a necessidade de intervenção religiosa, como o lugar da produção artística, resultado da capacidade de produzir arte em meio ao caos e as ausências.

Sob a imagem de controle da marginalidade, a favela é o epicentro da violência urbana, de onde emanam os desviantes do padrão normal de conduta social. Este é o espaço de disputa pelo poder de facções criminosas e nisto se ampara a justificativa da repressão com uso da força policial violenta e a constante vigilância. A favela seria o lugar do controle da conduta, haja vista a impulsividade das reações.

Sabendo do estigma social, que vê na favela o reduto de malandros e bandidos, Carolina também usou desse artifício para não se intimidar diante da iminente agressão física. Os relatos de que ela seria uma pessoa de alta periculosidade não são verdadeiros, mas ela assim o disse para garantir a sua integridade física e gerar temor em quem supostamente poderia agredi-la:

- Por eu ser da maloca é que você não deve mecher comigo. Eu estou habituada a tudo. A roubar, brigar e beber. Eu passo 15 dias em casa e 15 dias na prisão. Já fui sentenciada em Santos. Ele fez menção de agredir-me e eu disse-lhe: - Eu sou da favela Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir. (JESUS, 1993, p. 73)

Na imagem de propulsora cultural, a favela é o lugar em que todos sonham viver, é o lugar da comunidade acolhedora, da criatividade diante da escassez, da malandragem traduzida em versos de samba, pagode ou funk, das oficinas populares de teatro, e ainda, da comida popular. Essa imagem é muito conhecida pelas produções televisivas e pelo cinema, no entanto, o que raramente fica claro na dramaturgia é que a melhoria na situação financeira implica na imediata decisão de sair da favela.

... Fui ver a filmagem do documentário do Promessinha. Pedi os nomes dos diretores do filme para por no meu diário. (...) As mulheres da favela perguntavam-me: - Carolina, é verdade que vão acabar com a favela? – Não. Eles estão fazendo uma fita de cinema. O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava o pavor estampado nos rostos dos favelados. – Eles estão filmando as proezas do Promessinha. Mas o Promessinha não é da nossa favela. (JESUS, 1993, p. 166)

A favela como lugar da pobreza indica, conseqüentemente, o lugar das ações beneméritas, normalmente associadas a alguma prática religiosa. Carolina descreve a ação dos integrantes do espiritismo (JESUS, 1993, p.10), a propaganda do místico (JESUS, 1993, p.66), a missa dos padres (JESUS, 1993, p. 72) e os cultos dos crentes (JESUS, 1993, p. 81). O pobre é disputado pelas narrativas religiosas como sujeito subjetificado pela transformação

(SILVEIRA, 2007). A favela é o lugar que carece das ações naturais, por isso é necessário apegar-se ao sobrenatural, como maneira de exercitar a fé e ser alcançado pela caridade e provisão divina. Estas imagens atravessam décadas e não há uma sobreposição ou preponderância de uma sobre a outra, pelo contrário, são imagens que se somam a circunstâncias específicas.

Os problemas e soluções das áreas de concentração de pobreza sobrepujam uma análise apurada, e por isso, é preciso repensar a cidade considerando as distintas experiências. Carrión (1991) chama a atenção quanto a isso, afirmando que “*a ausência de políticas urbanas tem se convertido em política urbana*” (p.115).

O desenvolvimento e crescimento desigual ocorre externa e internamente, ou seja, há variações de urbanização entre os países e até dentro do mesmo território. A urbanização tardia, a debilidade da provisão habitacional, as estratégias de participação popular são exemplos dos múltiplos eixos de pesquisa sobre o espaço urbano (CARRIÓN, 1991).

Desde a Lei de Terras, a explosão demográfica, o crescimento e crise da economia cafeeira, a abolição da escravidão, a expansão industrial até a expulsão da população pobre das áreas centrais, nas políticas de remoção dos cortiços, todos esses processos provocaram uma profunda transformação na dinâmica urbana, sobretudo aprofundaram a desigualdade social na ocupação do espaço (SILVA, 2016).

Os subúrbios, isto é, as ocupações periféricas levando em conta o centro comercial e econômico, expandiram estabelecendo como padrão de estruturação grandes loteamentos, ocupados irregularmente, produzindo vazios urbanos, gerando a autoconstrução e a ocupação irregular dos morros. Nesses espaços há a precariedade de acesso da infraestrutura e a espacialização da pobreza (SILVA, 2016).

O Legado de Carolina

Ao ler o diário de Carolina é possível ambientar-se na narrativa construída; a obra escrita na década de 1950 ainda ecoa com a mesma indignação. Os anos se passaram, formas de governo e legislação mudaram, políticas públicas para a habitação, urbanização, desenvolvimento social (transferência de renda e geração de emprego) e educação foram formuladas e aplicadas, entretanto, é inquietante como algumas condições sociais e efeitos de violações e opressões perpetuam no século XXI.

O tratamento assimétrico das mulheres em comparação aos homens, a crescente desigualdade social, a inacessibilidade da moradia devido seu alto custo, a segmentação

socioeconômica da cidade, a precarização do trabalho, o racismo capilarizado institucionalmente, a discriminação em virtude do gênero, descritos por Carolina, estão cristalizados na sociedade brasileira e a eles foram agregados outros elementos, agravando os abusos e as explorações.

Com o acesso à tecnologia e aparelhos eletrônicos, que possibilitam imagens e vídeo, o que acontece nas favelas, nas periferias e demais áreas segregadas, pode ser filmado e fotografado, tornando uma prova contundente que os excessos da desigualdade são reais. Talvez a Carolina do século XXI usasse as redes sociais virtuais para denunciar o que acontece no cotidiano, no entanto, como tantas outras que assim o fazem, teria sua integridade física, moral e segurança em constante perigo.

As palavras de Carolina são convenientes para suscitar debates e ações; as denúncias são indicativos da existência de demandas que requerem o planejamento de ações para a transformação. Ao tratar das áreas segregadas, o senso comum entre os governantes é produzir e reproduzir programas de segurança e ostensiva vigilância e ataque, perpetuando a assertiva “*que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir*” (JESUS, 1993, p.26). O tratamento digno em respeito à pessoa humana, como assevera a Constituição, é esquecido, porque a/o preta/o-pobre tem as marcas físicas e sociais que o fazem ser sujeito de punição constantemente. As palavras de Carolina incomodam, porque são denúncias atemporais da pobreza, misoginia e racismo.

O legado de Carolina foi dar voz às mulheres que questionam os problemas urbanos e que lutam por novas perspectivas. Embora as mudanças pareçam impossíveis, Carolina exemplifica através da sua história de vida que é possível continuar sonhando, escrevendo e verbalizando as desigualdades até que elas sejam transformadas. Imaginar, escrever, viver e lutar, mas jamais resignar.

Referências

BECKER, Howard. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia. Revista Novos Estudos, n. 21, julho de 1988.

CARRIÓN, Fernando. La investigación urbana América Latina. Una aproximación. In: Nueva Sociedad (114), 113-123. Buenos Aires, 1991. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/la-investigacion-urbana-en-america-latina-una-aproximacion/>

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*, Barcelona, España: Paidós, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244

HOOKS, Bell. *O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 1993.

KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (org). São Paulo: *novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)*. São Paulo: Editora 34, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: COSACNAIFY, 2008.

PAULISTA, Amanda. *As Mulheres nos Movimentos Sociais de Moradia - a cidade sob uma perspectiva de gênero*. *Revista Humanidades em Diálogo*, v. 05, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/issue/view/7996/415>

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método*. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, no. 42, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁEZ, Oscar Calávia. *Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de métodos, técnicas e teses em antropologia*. Ilha de Santa Catarina (publicação virtual): Edição do autor, 2013.

SILVA, Luís Antônio Machado da. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SILVEIRA, Marcelo. *O discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais. Estudo da retórica e da argumentação no culto religioso*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania: dilema do Brasil contemporâneo*. *Cadernos CRH*, n.19, 1993.

VELOSO, Luiza Lins. *O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia. Direito à cidade: Uma visão por gênero*, p. 37-40. IBDU. São Paulo, 2017.

O Quarto de Carolina: o gênero, a moradia e os direitos sociais em *Quarto de Despejo*

Resumo

A etnografia urbana, feita em linguagem informal por uma moradora de favela, traz os contornos verbais do pensamento de quem sofreu as marcas da segregação social, da *aporofobia*, do racismo e da misoginia. A obra *Quarto de Despejo*, escrita no formato de diário, suscita o entrelaçamento dos temas gênero e moradia, permitindo identificar a interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção social do espaço. Anterior a formulação do escopo teórico feminista sobre lutas contra as desigualdades, Carolina emerge da pobreza, alheia ao meio acadêmico, identifica questões sociais pertinentes e produz arquétipos que permitem o confronto com as teorias postuladas posteriormente. Mais de meio século após a sua primeira publicação ainda é possível ver na prática como esses temas continuam enovelados e sem o enfrentamento adequado, acrescentando-se outros componentes. Deste modo, utilizando o método revisão de literatura e centrado numa compreensão histórico-descritivo, as considerações apresentadas versam sobre as teorias de gênero, cabível de debate pela perspectiva dos direitos sociais e das políticas públicas produzidas, cotejando a obra literária e a perspectiva sociológica.

Palavras-chave: Gênero; Produção Social do Espaço; Direitos; Interseccionalidade.

Carolina's Room: gender, housing and social rights in *Quarto de Despejo*

Abstract

The urban ethnography, written in informal language by a slum dweller, brings the verbal outlines of the thoughts of someone who has suffered the marks of social segregation, aporophobia, racism and misogyny. *Quarto de Despejo*, written in the format of a diary, raises the interweaving of the themes of gender and housing, allowing us to identify the intersectionality of gender, race, and class in the social production of space. Prior to the formulation of the feminist theoretical scope on fighting inequalities, Carolina emerges from poverty, alien to academia, identifies pertinent social issues, and produces archetypes that allow for confrontation with later postulated theories. More than half a century after her first publication, it is still possible to see in practice how these issues remain entangled and without adequate confrontation, adding other components. Thus, using the literature review method and centered on a historical-descriptive understanding, the considerations presented are about gender theories, which can be debated from the perspective of social rights and the public policies produced, comparing the literary work and the sociological perspective.

Keywords: Gender; Social Production of Space; Rights; Intersectionality.

La habitación de Carolina: género, vivienda y derechos sociales en *Quarto de Despejo*

Resumen

La etnografía urbana, escrita en un lenguaje informal por un habitante de las barriadas, aporta los trazos verbales del pensamiento de quienes han sufrido las marcas de la segregación social, la aporofobia, el racismo y la misoginia. La obra *Quarto de Despejo*, escrita en formato de diario, plantea la imbricación de las cuestiones de género y vivienda, permitiendo identificar la interseccionalidad de género, raza y clase en la producción social del espacio. Antes de la formulación del ámbito teórico feminista sobre la lucha contra las desigualdades, Carolina surge de la pobreza, ajena al ámbito académico, identifica las cuestiones sociales pertinentes y produce arquetipos que permiten la confrontación con las teorías postuladas posteriormente. Más de medio siglo después de su primera publicación, todavía es posible ver en la práctica cómo estas cuestiones siguen enredadas y sin una confrontación adecuada, añadiendo otros componentes. Así, utilizando el método de revisión de la literatura y centrado en una comprensión histórico-descriptiva, las consideraciones presentadas son sobre las teorías de género, aptas para el debate desde la perspectiva de los derechos sociales y las políticas públicas producidas, cotejando la obra literaria y la perspectiva sociológica.

Palabras-chave: Género; Producción Social del Espacio; Derechos; Interseccionalidade.



Figura 23: *O legado ancestral de Carolina.* Sara Oliveira. Collage digital, 2021



Figura 24: *Cirandas do Sul.* Sara Oliveira. Collage digital, 2021